

CARTA DE SALVADOR**II ENCONTRO REGIONAL ANFOPE NORDESTE 2006
I ENCONTRO ESTADUAL ANFOPE BAHIA 2006****APOIO COMITÊ UFBA EM DEFESA DA DEMOCRACIA, CONTRA O GOLPE
E PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES – NENHUM DIREITO A
MENOS**

Os participantes do II Encontro Regional Nordeste da **Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação**, reunidos em 5 de agosto de 2016, na Faculdade de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador, com o apoio do **Comitê UFBA em Defesa da Democracia, Contra o Golpe – Nenhum Direito a Menos** -, em face do grande risco de desmonte do projeto educacional – construído ao longo de três décadas pelos educadores –, mediante atos arbitrários do governo interino de Michel Temer – que não reconhecemos como legítimo – atos que provocam profunda instabilidade política na atual conjuntura institucional, consistindo ameaça à democracia, ao Estado de Direito, às políticas públicas socialmente qualificadas, à educação pública, laica, gratuita e estatal manifestam sua posição e conclamam a todos a participar do movimento de resistência em defesa das conquistas do campo educacional asseguradas pela Constituição Federal/1988. Este grave momento histórico exige do movimento de resistência de educadores e educadoras intensa luta, com vistas ao fortalecimento do Estado de Direito como espaço de promoção da cidadania, razão porque defendem:

- A destinação de verbas públicas exclusivamente para a educação pública.
- Ação conjunta de entidades científicas, sindicais e estudantis de resistência aos atos arbitrários do governo interino golpista, tomando como exemplo a criação em 8 de junho de 2016 do Comitê Nacional de Educação contra o Golpe, do qual a Anfope é membro.
- Maior resistência e enfrentamentos aos processos de mercantilização da educação.
- Fortalecimento da resistência ao desmonte do Fórum Nacional de Educação (FNE), órgão de Estado criado pela Portaria Ministerial nº 1.407, de 14 de

dezembro de 2010 e instituído pela Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014 (PNE 2014-2024).

- Enfrentamento massivo no Parlamento brasileiro contra os Projetos de Lei que propõem incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) a “Escola sem Partido” (PL nº 867/2015; PL nº 1.411/2015, PL nº 01/2015, PLS nº 193/2016), que representa um atentado à liberdade de expressão de docentes e discentes, bem como contra o PLS nº 131, do Senador José Serra, e o PL 6.726/2013, do Deputado Mendonça Filho, atual Ministro da Educação, que visam privatizar a Petrobrás e desvincular os repasses dos royalties do petróleo e do fundo social, antes destinados à educação e à saúde.
- Intensificação do movimento contra a privatização da educação básica e superior, com repasse da gestão pedagógica, administrativa e financeira das escolas públicas para as Organizações Sociais ou transformando escolas públicas em escolas gerenciadas por corporações militares. Denunciamos que tal gerencialismo imposto às escolas públicas é a tônica das políticas do MEC também para as universidades públicas, conforme proposta contida no projeto “Ponte para o Futuro”, que orienta para a cobrança dos cursos de pós-graduação e de extensão.
- Luta intensa contra o fim da vinculação de impostos para as políticas sociais, o que significa o congelamento de verbas para a educação e achatamento ainda maior dos salários dos servidores públicos, entre eles, principalmente os profissionais da educação e da saúde.
- Contundente reação em face da grande ameaça à Lei do Piso Salarial Nacional aos Profissionais do Magistério.
- Fortalecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação de Pedagogia (CNE/2006) e das Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério (CNE/2015).
- Luta intensiva a favor do ingresso de profissionais do Magistério na Educação Básica exclusivamente para licenciados em nível superior e admitidos por concursos públicos de provas e títulos.
- Adoção em todos os cursos de licenciatura dos princípios da Base Comum Nacional elaborados e aperfeiçoados pela Anfope desde 1983, cuja principal premissa é a concepção de que a base da identidade do professor é a docência.

- Intensificação das ações dos Fóruns Permanentes de Apoio à Formação Docente, como espaço plural e democrático de elaboração do planejamento estratégico das políticas de formação de professores e respectivos mecanismos de controle social nos Estados e no Distrito Federal.
- Rejeição às atuais versões da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica por sua ênfase no conteudismo, na disciplinarização e controle que afrontam os princípios garantidos pela Constituição Federal (1988), pela LDB (1996) e pelas metas e estratégias do PNE (2014-2024), ameaçando o pluralismo de ideias, as concepções político-pedagógicas, a valorização de experiências em espaços não escolares e a formação para a cidadania.

Reafirmamos, portanto, o reconhecimento de que as lutas em defesa da educação da classe trabalhadora para elevar sua consciência são imprescindíveis. Reafirmamos, ainda, a importância da efetivação da greve geral para os trabalhadores.

Não daremos trégua a todos aqueles que afrontam os princípios democráticos e ameaçam o direito de todos os brasileiros ao acesso e à permanência com sucesso na escola pública, laica, estatal, de qualidade socialmente referenciada para todos os brasileiros.

A DEFESA DA DEMOCRACIA ATÉ AQUI CONSTRUÍDA ESTÁ EM MARCHA!

FORA TEMER – NENHUM DIREITO A MENOS.

Salvador (BA), 5 de agosto de 2016.